



monumentos

28

REVISTA SEMESTRAL DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO E DA REABILITAÇÃO URBANA · DEZEMBRO 2008

DOSSIÉ: Elvas, cidade e envolvente

Raia e cidade

A defesa militar do Alentejo

A Praça-Forte de Elvas: a cidade e o território

O Forte de Nossa Senhora da Graça

O sistema fortificado de Elvas no panorama da arquitectura militar europeia da época

Justificação para a inscrição das fortificações de Elvas na lista do Património Mundial

Requalificação da envolvente do sistema fortificado de Elvas

Os mouros e a mouraria em Elvas: alguns problemas de topografia genética

De Elvas a Olivença. O Renascimento antes de Vitruvius

O Aqueduto da Amoreira e o sistema de abastecimento de água a Elvas

A Igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas

A Igreja de Nossa Senhora da Consolação

O colégio jesuíta de Santiago, em Elvas

A integração do azulejo na arquitectura de Elvas

Odore di Carbone. Breves apontamentos relativos à Estação Ferroviária de Elvas

É uma casa portuguesa, com certeza? A Pousada de Santa Luzia, em Elvas

Os "bairros sociais" em Elvas

A Escola Agrícola de Reforma em Vila Fernando, 1881-1908.

Programa, projecto e obra da primeira colónia correcional portuguesa

Museu de Arte Contemporânea de Elvas

Intervir em espaço público: a requalificação da Praça da República

A adaptação do Colégio de Santiago a Biblioteca Municipal de Elvas

A adaptação do Convento de São Francisco a Arquivo Municipal de Elvas

O Coliseu José Rondão Almeida, em Elvas

VÁRIA

Uma esplêndida vista de Lisboa no Castelo de Weilburg

De pavilhão de exposição a museu. O Museu de Arte Popular (1940-1948), *escola de bom gosto*

monumentos

DIRECTOR

Luís Macedo e Sousa

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Alves Costa
José Eduardo Horta Correia
José Manuel Fernandes
Manuel Madruga
Nuno Portas
Nuno Teotónio Pereira
Paulo Pereira
Raquel Henriques da Silva
Vítor Serrão

COORDENAÇÃO

Andrea Cardoso

REDACÇÃO

Maria João Reis Martins
Paula Tereno

TEXTOS

Ana Patrícia Carvalho
Ana Tostões
Andreas Gehlert
António Carvalho
António de Carvalho Quintela
Artur Goulart de Melo Borges
Carlos Correia Dias
Domingos Bucho
Edwin Paar
Francisco Sousa Lobo
Gilberto Gomes
Hermenegildo Fernandes
José Manuel de Mascarenhas
José Manuel Fernandes

José Meco

Luís Quaresma Ferreira
Luísa Trindade
Margarida Tavares da Conceição
Margarida Valla
Maria Teresa Almeida
Marta Ferreira
Paulo Cunha
Paulo Nunes
Paulo Pereira
Pedro Reis
Raquel Henriques da Silva
Ricardo Agarez
Rosário Gordalina
Rui Lobo
Sofia Guerra
Susana Lobo
Vítor Pinto Rei
Walter Rossa

FOTOGRAFIA

RCL, Imagem e Comunicação/
Rui Cunha
(à excepção das que se encontrem
com outra identificação na legenda)

TRADUÇÃO DOS RESUMOS

Instituto Espanhol de Línguas

DESIGN

TVM Designers

EXECUÇÃO GRÁFICA

Textype, Artes Gráficas, Lda.

DISTRIBUIÇÃO

HT – Distribuição e Comercialização
de Produtos Culturais, Lda.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto da Habitação
e da Reabilitação Urbana
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5
1099-019 Lisboa
Redacção: 21 723 15 12 /
21 723 17 60
E-mail: monumentos@gmail.com
Internet: www.monumentos.pt

Periodicidade Semestral
Preço por número: 25 € (IVA incluído)
Tiragem: 4000 exemplares
ISSN: 0872-8747
Depósito Legal n.º 79253/94

Os textos são da inteira responsabilidade
dos respectivos autores.

Os textos e as imagens desta publicação
não podem ser reproduzidos sem
autorização prévia do Instituto da
Habitação e da Reabilitação Urbana.

AGRADECIMENTOS

A revista *Monumentos* agradece
a colaboração prestada pela
Câmara Municipal de Elvas.

monumento

CAPA

Elvas, Aqueduto da Amoreira e,
ao fundo, o Forte da Graça, 2008.
© Sistema de Informação para
o Património Arquitectónico/IHRU.

DOSSIÊ: Elvas, cidade e envolvente

- Walter Rossa, Margarida Tavares da Conceição e Luísa Trindade 6 **Raia e cidade**
- Francisco Sousa Lobo 22 **A defesa militar do Alentejo**
- Margarida Valla 34 **A Praça-Forte de Elvas: a cidade e o território**
- Sofia Guerra 44 **O Forte de Nossa Senhora da Graça**
- Edwin Paar 52 **O sistema fortificado de Elvas no panorama da arquitectura militar europeia da época**
- Domingos Bucho 58 **Justificação para a inscrição das fortificações de Elvas na lista do Património Mundial**
- Carlos Correia Dias 68 **Requalificação da envolvente do sistema fortificado de Elvas**
- Hermenegildo Fernandes 76 **Os mouros e a mouraria em Elvas: alguns problemas de topografia genética**
- Paulo Pereira 82 **De Elvas a Olivença. O Renascimento antes de Vitruvius**
- José Manuel de Mascarenhas e António de Carvalho Quintela 92 **O Aqueduto da Amoreira e o sistema de abastecimento de água a Elvas**
- Artur Goulart de Melo Borges 102 **A Igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas**
- Ana Patrícia Carvalho 114 **A Igreja de Nossa Senhora da Consolação**
- Rui Lobo 120 **O colégio jesuíta de Santiago, em Elvas**
- José Meco 128 **A integração do azulejo na arquitectura de Elvas**
- Rosário Gordalina e Gilberto Gomes 138 ***Odore di Carbone*. Breves apontamentos relativos à Estação Ferroviária de Elvas**
- Susana Lobo 148 ***É uma casa portuguesa, com certeza?* A Pousada de Santa Luzia, em Elvas**
- José Manuel Fernandes 154 **Os “bairros sociais” em Elvas**
- Ricardo Agarez 162 **A Escola Agrícola de Reforma em Vila Fernando, 1881-1908. Programa, projecto e obra da primeira colónia correcional portuguesa**
- Pedro Reis, Ana Tostões e Raquel Henriques da Silva 176 **Museu de Arte Contemporânea de Elvas**
- Paulo Cunha 186 **Intervir em espaço público: a requalificação da Praça da República**
- Maria Teresa Almeida, Paulo Nunes e António Carvalho 190 **A adaptação do Colégio de Santiago a Biblioteca Municipal de Elvas**
- Vítor Pinto Rei 194 **A adaptação do Convento de São Francisco a Arquivo Municipal de Elvas**
- Luís Quaresma Ferreira 198 **O Coliseu José Rondão Almeida, em Elvas**
- 202 **Inventário do Património Arquitectónico**
- VÁRIA**
- Andreas Gehlert 208 **Uma esplêndida vista de Lisboa no Castelo de Weilburg**
- Marta Ferreira 214 **De pavilhão de exposição a museu. O Museu de Arte Popular (1940-1948), escola de bom gosto**

Raia e cidade

WALTER ROSSA
MARGARIDA TAVARES DA CONCEIÇÃO
LUÍSA TRINDADE

O objecto central deste texto é o urbanismo dos núcleos habitados da fronteira portuguesa. O objectivo é a proposta de algumas premissas para o conhecimento da sua formação e evolução interna, e em rede, no tempo longo em que funcionaram como guardiões do território nacional na sua raia seca.

Cruzamos conhecimentos provindo das nossas linhas de investigação¹ e, assim, disperso em numerosas publicações de âmbitos e aspirações muito diversos, das quais apenas listamos no final as mais usadas de ordem geral.

É essencialmente curioso verificar como o cariz urbanístico e paisagístico específico destas cidades e vilas, já presente na sua fundação, aumentou de forma inexorável até ao final da sua função como praças militares. É também assim que Elvas se impõe como legítimo expoente máximo dos núcleos urbanos portugueses da raia.

1. Fronteira e raia

Fronteira é um daqueles conceitos que nos faz divagar elipticamente segundo um meandro de contradições. Separação e união, por exemplo, andam sempre a ela associados, tal como arbitrariedade e coerência, etc. Afinal o que é uma fronteira natural? Um rio, como o Minho e o Douro, ou como o Águeda e o Caia? E porque não o Tejo, que a jusante de Constança é bem mais difícil de transpor do que qualquer um daqueles? Basta isto para demonstrar que há outras determinantes que não as naturais e que estas foram essencialmente objectos e não objectivos.

Na Península Ibérica usamos um termo algo inusitado como sinónimo de fronteira: *raia*. Inusitado porque remete para o que de facto é uma fronteira: uma linha imaginária, uma abstracção, uma convenção, um risco nos mais comuns significados do termo. Sem com isso querer estabelecer uma relação causa-efeito, a verdade é que *raia* se adapta na perfeição à fronteira

entre Portugal e Espanha, pois há tramos com razoável expressão nos quais não é fácil acreditar que a natureza tenha sido critério preponderante. Nem sequer no caso do rio Minho, pois a história e até o presente demonstram-nos como a sua adopção enquanto limite entre o Minho e a Galiza foi um artificio político, quando muito geo-estratégico. Só bem depois da delimitação entre os reinos de Leão e de Portugal por ali se conseguiu a secessão do bispado de Tui das paróquias do Norte do Minho.

Paradoxalmente, toda essa realidade choca com o facto de, com variações insignificantes, a raia portuguesa ser a mais estável e antiga fronteira da civilização ocidental. Na verdade, o algo longo processo de fundação de Portugal, enquanto nação, foi concomitante com o da definição e consolidação da fronteira. Sabemos como a nacionalidade portuguesa não resulta da cristalização hegemónica de uma etnia ou cultura, mas sim da aglutinação, em mestiçagem, das que estavam em presença no território, quando o cris-

¹ Rede urbana fortificada da raia (alguns elementos), concepção dos autores, execução de Luís Marques, 2008.

Frontera y ciudad

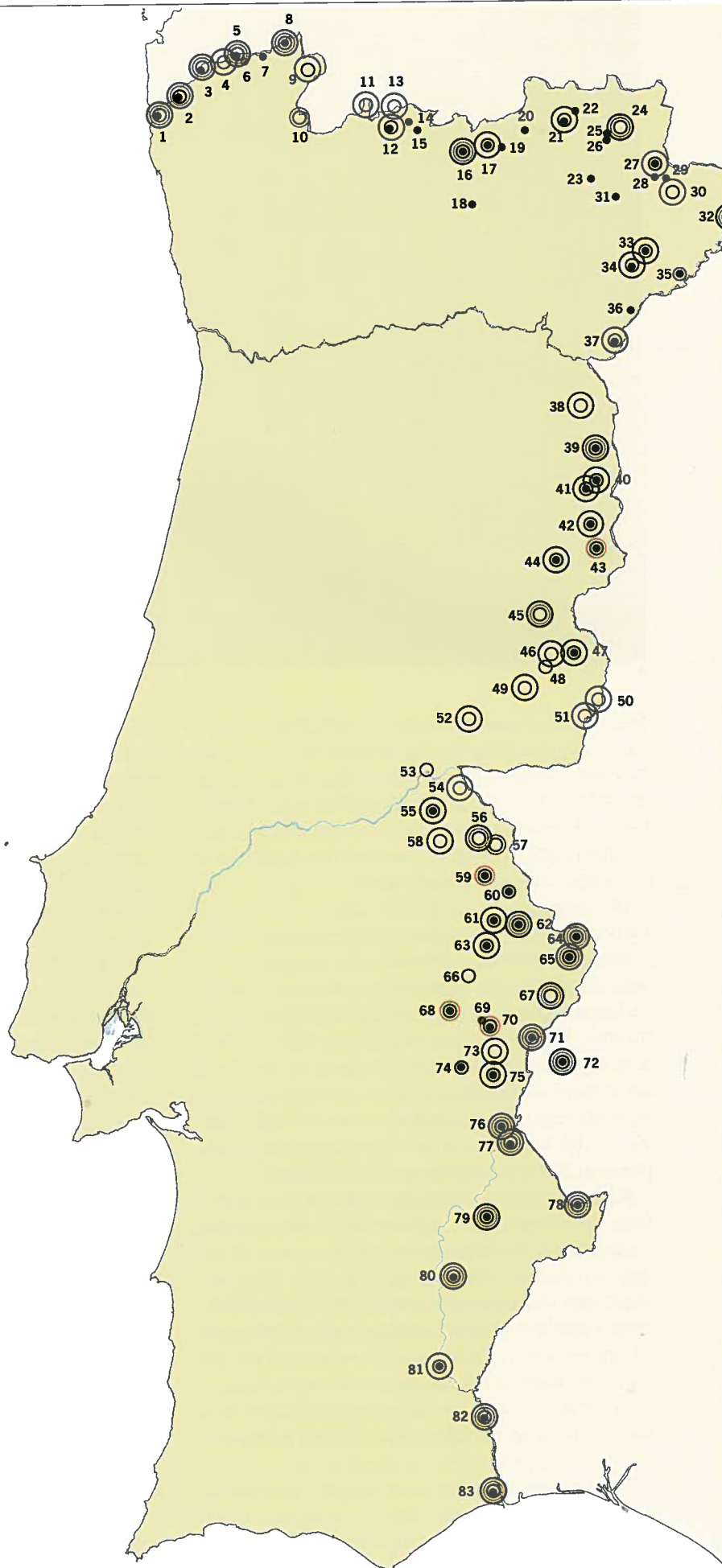
El tema central de este artículo es el urbanismo de los núcleos habitados de la frontera portuguesa. El objetivo es proponer algunas premisas para conocer su formación y evolución interna, y en red, durante el largo periodo en el que funcionaron como guardianes del territorio nacional desde su raya seca.

Cruzamos conocimientos procedentes de nuestras líneas de investigación y, de esta forma, dispersos en numerosas publicaciones de muy diversos ámbitos y aspiraciones, de las que sólo mencionamos al final las más usadas en general.

Resulta básicamente curioso comprobar cómo el cariz urbanístico y paisajístico específico de estas ciudades y pueblos, ya presente desde su fundación, aumentó inexorablemente hasta que dejaron de funcionar como plazas militares. También es así como Elvas se impone como legítimo máximo exponente de los núcleos urbanos portugueses de la frontera.

- Povoados com carta de foral outorgada ou confirmada por D. Afonso III e/ou D. Dinis
- Povoados com estruturas defensivas (entre a fundação da nacionalidade e Duarte de Armas)
- Povoados com intervenção moderna abaluartada
- Povoados representados por Duarte de Armas

- | | |
|---------------------------------|---------------------------|
| 1. Caminha | 43. Alfaiates |
| 2. Vila Nova de Cerveira | 44. Sabugal |
| 3. Valença | 45. Penamacor |
| 4. Lapela | 46. Monsanto |
| 5. Monção | 47. Penha Garcia |
| 6. Valadares | 48. Idanha a Velha |
| 7. Pena da Rainha | 49. Idanha a Nova |
| 8. Melgaço | 50. Salvaterra do Extremo |
| 9. Castro Laboreiro | 51. Segura |
| 10. Lindoso | 52. Castelo Branco |
| 11. Piconha | 53. Ródão |
| 12. Montalegre | 54. Montalvão |
| 13. Portelo | 55. Nisa |
| 14. Padronelos | 56. Castelo de Vide |
| 15. Gralhas | 57. Marvão |
| 16. Chaves | 58. Alpalhão |
| 17. Monforte do Rio Livre | 59. Portalegre |
| 18. Vila Boa de Montenegro | 60. Alegrete |
| 19. Nozelos | 61. Assumar |
| 20. Vilar de Lomba | 62. Arronches |
| 21. Vinhais | 63. Monforte |
| 22. Paço | 64. Ouguela |
| 23. Pombares | 65. Campo Maior |
| 24. Bragança | 66. Veiros |
| 25. Castanheira | 67. Elvas |
| 26. Gostei | 68. Estremoz |
| 27. Outeiro de Muias/de Miranda | 69. Borba |
| 28. Arcozelo | 70. Vila Viçosa |
| 29. Pinelo | 71. Juromenha |
| 30. Vimioso | 72. Olivença |
| 31. Sanceriz | 73. Alandroal |
| 32. Miranda do Douro | 74. Redondo |
| 33. Penas Róias | 75. Terena |
| 34. Mogadouro | 76. Monsaraz |
| 35. Bemposta | 77. Mourão |
| 36. Lagoaça | 78. Noudar |
| 37. Freixo de Espada à Cinta | 79. Moura |
| 38. Castelo Rodrigo | 80. Serpa |
| 39. Almeida | 81. Mértola |
| 40. Castelo Bom | 82. Alcoutim |
| 41. Castelo Mendo | 83. Castro Marim |
| 42. Vilar Maior | |



0 25 km



2 a) e b) Elvas, in Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, c. 1509, fls. 25 e 26.

a

tianismo resultante do Grande Cisma (1054) produziu na Europa uma vaga de ressurgimento civilizacional, de efeito contínuo até aos nossos dias. A entrada em cruzada na Ibéria dos cristãos (ou católicos) da Europa Central constituiu-se na última invasão que o território sofreu, depois de todas quantas o foram matizando na Antiguidade e Alta Idade Média.

Os topónimos da subdivisão tradicional do território português reflectem claramente a evolução do processo de fundação da nacionalidade com o território, segundo registos de diferença do cristão com o outro: de forma algo radical podemos dizer que Beira, Extremadura, Riba e Além Tejo são sinónimos de *fronteira* e de *raia*. Raia que foi sendo levada até ao limite sul da Ibéria, violando-se o Garb-al-Ándaluz, esse sim separado pela fronteira natural que são as serras algarvias, o que não deixaria de sugerir a continuação do processo pela sua extensão natural, Marrocos.

No entanto, o que aqui nos interessa é vincar o facto de Portugal não ter sido um Estado independente a partir do momento em que D. Afonso Henriques se revelou contra o reino de Leão, mas sim depois dos seus sucessores, mais de um século depois, terem logrado estabilizar — delimitando e dominando — um território e apaziguar os seus cidadãos em torno de um projecto comum, nacional. É de facto evidente que a definição do território de uma nova soberania e (aqui também) nação implica a definição das suas fronteiras.

Encontra-se já bastante amadurecido e divulgado o conhecimento sobre o seu processo histórico, o qual contém uma considerável e inevitável quantidade de informações acerca da rede de núcleos urbanos que

foi necessário articular para lhe dar consistência e durabilidade/segurança. O que já não é tanto do domínio comum é o quanto essa rede foi planeada, igual sucedendo à configuração urbana e urbanística de cada um desses núcleos. No entanto isso teria sido inevitável. O território que sofreu a última invasão, a católica, era civilizacional e urbanisticamente descontínuo e diverso. Para poder ser dominado e governado tinha que ser medido, ordenado e povoado. Fronteira/raia e cidade/urbanidade eram realidades indissociáveis. Por isso, foi na fronteira que uma primeira urbanística nacional floresceu, obviamente na esteira de tudo quanto de semelhante e em conjunturas similares se fazia pela Europa.

As cidades — aqui englobando vários géneros de núcleos e pontos urbanos, das cabeças de bispado às vilas, às povoações mais cercadas ou mais abertas — entendem-se neste contexto como nós principais de uma rede. Uma rede urbana que se confunde com uma rede militar, se aí incluirmos a presença de pontos fortificados sem povoamento. Mas uma rede também no sentido económico, social, cultural e, por essência, uma rede política. A cidade, a vila, a entidade urbana representa o poder do rei e, por isso, representa também o reino, seja aqui percebido como nação ou estado, mas principalmente como território delimitado e soberano.

2. Processos

Parte substancial da identidade comum aos núcleos fortificados da raia advém da própria origem: quase



b

sem excepção, todas resultam de um mesmo processo, de fundação ou reestruturação, balizado, *grosso modo*, entre os meados do século XIII e as primeiras décadas do seguinte. A prática urbanística que caracteriza este período — que corresponde aos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, invulgarmente longos e sem solução de continuidade no que toca às principais estratégias adoptadas — só pode ser verdadeiramente entendida quando inscrita no quadro geral da política régia de controlo e ordenamento do território.

Assiste-se a um processo em que os limites estabelecidos pelos tratados de Badajoz (1267) e de Alcanices (1297) são fisicamente materializados por uma prática metódica de reconhecimento e demarcação da fronteira, termo que surge utilizado pela primeira vez na acepção actual em finais do século XIII, o que não terá sido por acaso.

Sem prejuízo da evolução registada ao nível da sistematização de práticas de demarcação dos limites do reino, parece inquestionável que o processo de encerramento do espaço português conhece nesta época o seu primeiro tempo forte. Quando D. Dinis nomeou o bispo de Lamego e o almoxarife da Guarda como (...) *enqueredores, departidores e demarcadores em todos os lugares das fronteyras* (...) (*As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. III, pp. 603-606) encarregou-os de confirmarem por onde partiam os termos dos reinos de Portugal e de Leão, desde o rio Tejo até que o Côa desagua no Douro, ou seja, de Vila Velha de Ródão até Vila Nova de Foz Côa. Uma linha contínua que, em 1334, foi prolongada pelos oficiais régios quando, em Monforte de Rio Livre, afirmaram querer saber os limites da terra (...) *desde que o Coa entra no Douro até que o*

Minho entra no mar (...) (*As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, pp. 1-2). Fontes avulsas que apenas comprovam como mais de dois terços da fronteira terrestre portuguesa foram assim identificados.

Estacas, marcos e malhões, postos (...) *huu ao dyante e ao direito do outro* (...) (*Demarcações de Fronteira*, vol. I, p. 163) e identificados com as quinas de Portugal ou cruces chantadas, estabeleciam uma sequência de pontos, cuja distância se media por cordas, tiros de besta, passadas de cavalo ou de homem. Sequência de pontos que definia uma linha — uma *raia* — conhecida pelas populações, pelos homens-bons de cada local a quem, por entre os rituais e perante os representantes do poder, cumpria, na prática, demarcar o território, levantando malhões, esticando cordas, medindo a distância intercalar com as suas próprias passadas.

A par da demarcação, cumplicidades de vizinhança ou tentativas de iludir os limites negociados tornaram premente a posse efectiva do território através do seu povoamento e defesa, a única forma de garantir a sua integridade e a sua estabilidade. O investimento de D. Afonso III na actualização das fortalezas — através da introdução das mais recentes novidades em estruturas e mecanismos de defesa — foi continuado e intensificado por D. Dinis. Entre obras de reconstrução e edificação de raiz, a ele se deve a iniciativa das intervenções em mais de oitenta castelos, 80% dos quais situados ao longo da raia. O desinteresse por determinados pontos, como Monforte de Riba Côa, cuja localização foi considerada pouco relevante para a defesa do reino, só por si revela a existência de uma estratégia coerente para a defesa da fronteira.



3 | Nisa, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509, fl. 49.

Dependente e associado à defesa promovia-se o povoamento através da fundação, refundação ou reorganização de núcleos urbanos, vilas. Outorgando a um ritmo inédito cartas de foral — cerca de centena e meia no total dos dois reinados e com uma incidência fortíssima na faixa limítrofe do país — o rei reconhecia a independência administrativa dos concelhos, mas garantia em troca a sujeição e a obediência. Aglutinava-os sob uma soberania única — um reino, um rei — e através do domínio efectivo consolidava o poder: alcaides, meirinhos, porteiros e almoxarifes foram agentes da centralização e, pela uniformização da sua acção, da estruturação do espaço nacional.

Através de uma nova rede urbana, o mando régio estendeu-se capilarmente pelo território, contrabalançando poderes instituídos e permitindo aumentar as receitas fiscais da coroa. A acção sobre os núcleos urbanos deixou marcas profundas nos de fundação, naturalmente, mas também nos que, já existentes, foram alvo de reestruturação, sobretudo nos casos em que à outorga de um novo foral (com tudo o que de relevante para a vida urbana isso sempre implicava) foram associadas obras de defesa como a construção de castelos e de cercas urbanas (Borba 1302, Ouguela 1298-1299, Redondo 1318-1319, etc.).

3. Cidades que são vilas

Independentemente das diferentes especificidades e conjunturas, regionais e locais, as formas de apropriação do território têm traços comuns indiciando, sem margem para dúvidas, um dirigismo político que se

nos impõe reconhecer. Tal como os castelos desta época apresentam traços comuns, também a malha ortogonal, que ainda hoje caracteriza o núcleo original das cidades e vilas fronteiriças, deve o seu ar de família a uma prática comum resultante de uma intervenção conduzida por uma vontade política determinada. Assumida por um poder régio progressivamente fortalecido e actuante, o processo de repartição e concessão do território, foi substituindo o anterior sistema de apropriação por presúria, característico de um estado ainda incipientemente organizado e cujos últimos vestígios datam, não por acaso, do século XIII.

Quarteirões rectangulares formados por lotes estreitos e profundos, costas com costas (Chaves, Viana do Alentejo) ou frente e traseiras (Caminha, Nisa), ora dispostos em linhas paralelas (Viana do Castelo, Monção, Nisa) ou organizados longitudinalmente ao longo de três ruas (Chaves, Miranda do Douro, Valença), são marcas morfológicas de identificação segura. Sem o recurso a composições geométricas complexas, o tecido residencial surge solto dos restantes elementos que compõem o programa urbano. É disso exemplo a igreja em posição excêntrica, num dos topos ou lateral à malha, orientada de forma canónica mesmo que tal contrarie a lógica do sentido geral; o castelo, cuja localização obedece à maior eficácia defensiva; a cerca, cujas dimensões nunca asfixiavam o edificado. Razão porque, mesmo na ausência de uma praça concebida *ab initio*, se assegura o espaço público necessário ao mercado, à feira, ao abrigo de populações rurais e do gado em caso de perigo, ao alarde, ao reforço futuro dos contingentes populacionais.

Ruas regulares, nas dimensões e na forma, rectilíneas ou em curva ligeira quando a topografia e o escoamento das águas o aconselharam ou exigiram. Como as ruas, também os lotes tiveram um dimensionamento imposto na matriz, hoje frequentemente obliterado por vários séculos de reconstruções, por divisões ou junções de lotes contíguos, pese embora o carácter tendencialmente estável do parcelário. Do edificado nada resta anterior ao século XVI, o que permite equacionar o verdadeiro alcance do conjunto de imposições que os monarcas quatrocentistas introduziram e cuja efectivação D. Manuel I generalizou, obrigando a construir (...) *parede direita de pedra e cal* (...), cuja sobrevivência apenas comprova a muito maior resistência face aos frontais de tábua em ressaltos característicos das casas anteriores.

Vilas de dimensões reduzidas, desde logo porque destinadas a uma população escassa, difícil de recrutar, sobretudo em terras fronteiriças constantemente sujeitas à acção destrutiva dos exércitos invasores. Se os dados concretos sobre os números de povoadores escasseiam, são vários os indícios que sugerem cifras na casa das poucas centenas, quando não mesmo das dezenas e mesmo assim resultantes de cartas de foral altamente favoráveis e concorrenciais. O que nem sempre garantia o sucesso da fundação. Vila Real, Montenegro, Montalegre, Contrasta são apenas alguns casos em que a iniciativa régia fracassou obrigando a começar todo o processo desde o início.

Esses processos de povoamento, sendo apenas indicados na documentação, surgem amplamente demonstrados no terreno. É por isso que, mesmo quando os dados disponíveis se referem a núcleos já

desaparecidos ou profundamente transformados, a sua aplicação pode, com as necessárias cautelas, estender-se a outros de que nenhuma informação escrita chegou até nós. Por isso aqui lançamos mão de alguns casos que, não sendo da *raia*, bem o poderiam ser.

O processo de fundação sumariamente descrito nas fontes documentais, quando associado às evidências materiais, permitem-nos deduzir um conhecimento preliminar do terreno que, por intermédio dos oficiais régios, permitia ao monarca — o detentor do espaço na esmagadora maioria dos casos — exercer uma autoridade niveladora que os programas denunciavam.

Entre os escassos vestígios das indicações emanadas pela coroa destaca-se, no acto de fundação ou reestruturação do espaço, a atenção dedicada à construção de cercas urbanas. Os materiais, as dimensões, o número de portas e o seu reforço pelo recurso a cubelos, o assegurar do abastecimento de água pela inclusão de poços são dados que, revelando o conhecimento prévio dos locais, foram expressamente transmitidos aos vizinhos da Póvoa de Bemposta ou, em 1305, aos de Arraiolos. As instruções régias para a construção da cerca de Viana do Alentejo, datadas de 1315, são ainda mais precisas. Com uma extensão de 400 braças em redor, deveria ter uma braça de *ancho*, ou largura, e ser suficientemente alto para que (...) *hum cavalleiro em çima de hum cavallo com huma lamça de IX covados nom posa ferir nem dar com ella ao que estiver amtre as ameyas* (...) (D GARQ/ ANTT, *Chancelarias Régias*, D. João II, livro 17, fl. 70). Abrigaria no seu interior a fonte grande, rasgando-se no seu perímetro três portas nos (...) *lugua-*

4 Montalvão, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509, fl. 50.



res comvinhavees (...), cada uma flanqueada por dois bons cubelos. O monarca contribuiu com mil libras, comprometendo-se os moradores a (...) nom allçarem delle maão (...) até que a obra se dê por terminada, o que, aliás, não cumpriram. Embora a cerca não tenha sido construída, o tecido urbano, na sua ainda evidente regularidade traduz a forma como, no decorrer do processo de apropriação do espaço, o desígnio régio prevaleceu sobre as vontades múltiplas do grupo de povoadores.

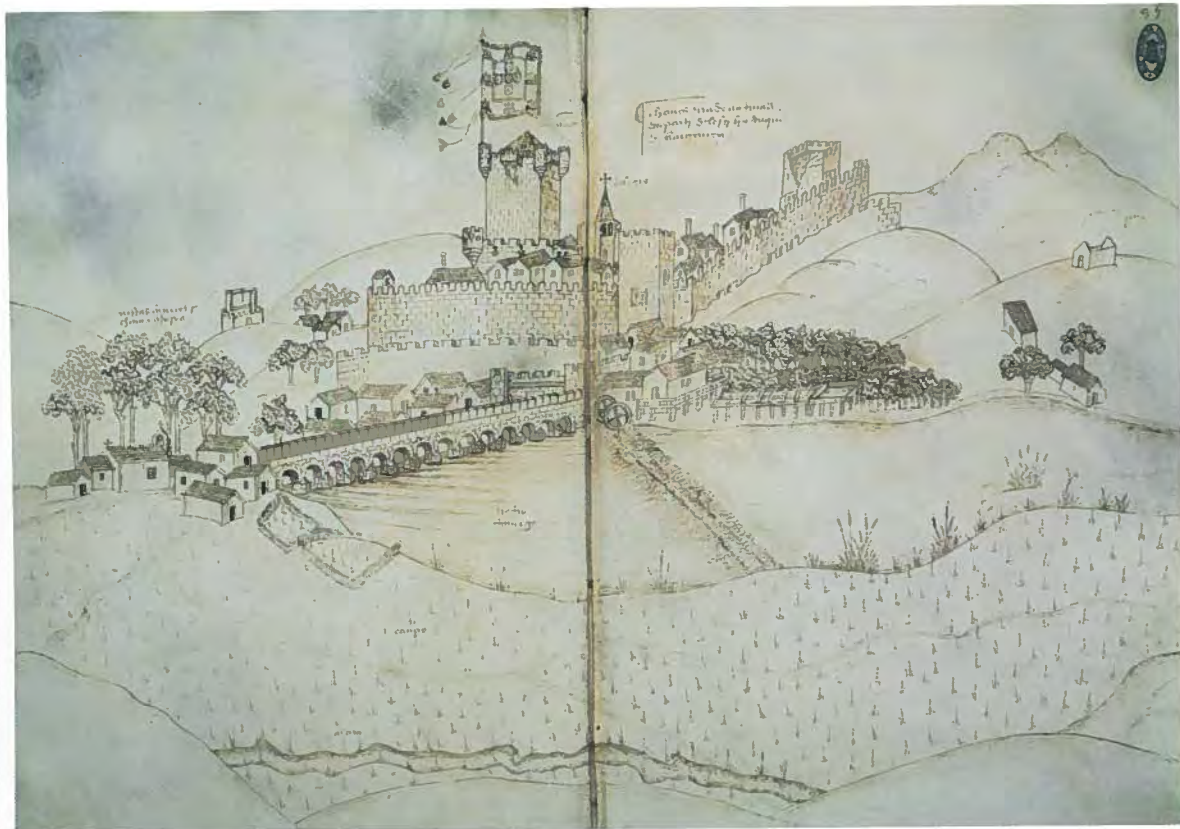
Aliás, no que à matriz imposta ao tecido urbano se refere, outros exemplos são bem mais elucidativos. Vila Real de Trás-os-Montes é, sob este aspecto, um caso paradigmático, descrevendo o que pode considerar-se o perfil típico de um acto de fundação, até pela dificuldade em vingar obrigando a uma sequência de tentativas que a atribuição das cartas de foral balizam: a primeira em 1272, por iniciativa de D. Afonso III, as duas últimas já com D. Dinis, respectivamente em 1289 e 1293.

Um acto de fundação pressupõe desde logo um promotor, que neste caso se traduz no próprio baptismo da vila pelo rei (...) *por ser fundação que ele tomou a sua conta, como cousa própria (...)* (BRANDÃO, 1650, pp. 142-144). Mas também a definição de um território, pois D. Dinis encarregou Rui Gonçalves, comendador de Barro, e Pêro Anes, seu clérigo, de procederem aos escambos e compras necessárias à constituição da vila e termo. Pressupõe, ainda, uma população: em 1289, o monarca determinou que a vila fosse ocupada por mil povoadores, número que, em 1293, e perante o insucesso anterior, se viu obrigado a baixar para metade.

Segue-se a repartição do espaço: (...) *e con estas coyrelas E con estas almuyas auer cada homen hua casaria dentro no castelo quantos hy poderdes caber, e os outros no Arraualdy (...)* (AZEVEDO, 1899, p. 824). Reforçando a noção de repartição alguns anos depois (1304), o monarca vincava que as quinhentas courelas não deviam ser partidas nem demarcadas (...) *senõ secundo forõ partidas e demarcadas per mha carta e per meu pobrador (...)* (AZEVEDO, 1899, p. 1006). Acção que idealmente decorre num intervalo de tempo curto: (...) *E todo Pobrador de vila rreal daquel dia que começar a Pobrar ata tres anos faça casa e vinha (...)* (AZEVEDO, 1899, p. 827). Ao rei competia dotar a nova vila dos principais equipamentos: a cerca e a igreja, sob invocação de São Dinis.

Povoador, *quadreleyro*, *coireleiro*, *sesmeiro* são títulos de cargos que, por entre múltiplas incertezas, surgem associados às tarefas de divisão e de delimitação das terras aráveis, sobretudo, mas também à das parcelas urbanas. Às casarias distribuídas em Vila Real podíamos juntar alguns outros exemplos, como o de Campo Maior (...) *em que dizian que foron dadas as dictas cousas (vinha, horta, casas e campo) en sossmaria do começo da pobrança da terra (...)* (RAU, 1982, p. 162).

Homens que tinham em qualquer dos casos uma grande margem de manobra. Em Vila Boa de Montenegro sabemos que coube a Heitor Miguéis, povoador, determinar o local de assentamento, atribuir a denominação, ordenar a construção da muralha, definir o termo e estabelecer a renda, para referir apenas os aspectos directamente relacionados com o urbanismo.



5 Chaves, in Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, c. 1509, fl. 95.

No decorrer deste período é visível o progressivo cuidado que os monarcas dedicaram à escolha dos povoadores, única forma de assegurar os resultados pretendidos, comprovável, por exemplo, na substituição de *poderosos* por oficiais da confiança do rei. Em Montalegre, Pedro Anes, clérigo do rei, distingue-se bastante dos (...) *poderosos que andaram em meu logo* (...) (HENRIQUES, 2003, p. 152) que fizeram a primeira *pobra*, acusados de falta de idoneidade na repartição do espaço. Noutros casos, o carácter repetitivo com que surgem no desempenho do cargo parece indicar uma especialização nos processos e tarefas de povoamento, como ocorreu na formação de Caminha, entregue por D. Dinis ao seu clérigo Estevão Lourenço e a Paio Eanes de Valença, cuja presença se detecta em muitos outros actos semelhantes. Como na demarcação das extremas do reino, o processo de escambos necessários à constituição do território da nova vila envolveu, num ritual de testemunho e aceitação fundamental ao exercício da autoridade, os tabeliães, os meirinhos, os juizes, os mordomos e os alcaides, os oficiais da justiça e do fisco, bem como os clérigos de igrejas e mosteiros de padroado régio da região.

Estrategicamente localizada na foz do rio Minho, numa altura em que o afastamento da pirataria muçulmana permitia já o povoamento do litoral e a sua conquista para actividades produtivas e comerciais, Caminha estrutura-se no interior de uma cerca oval, ao longo de três ruas, a principal ao centro e a eixo das portas. Os lotes, compridos e estreitos, orientam a fachada para esse eixo estruturador, virando as traseiras para as ruas secundárias. No sec-

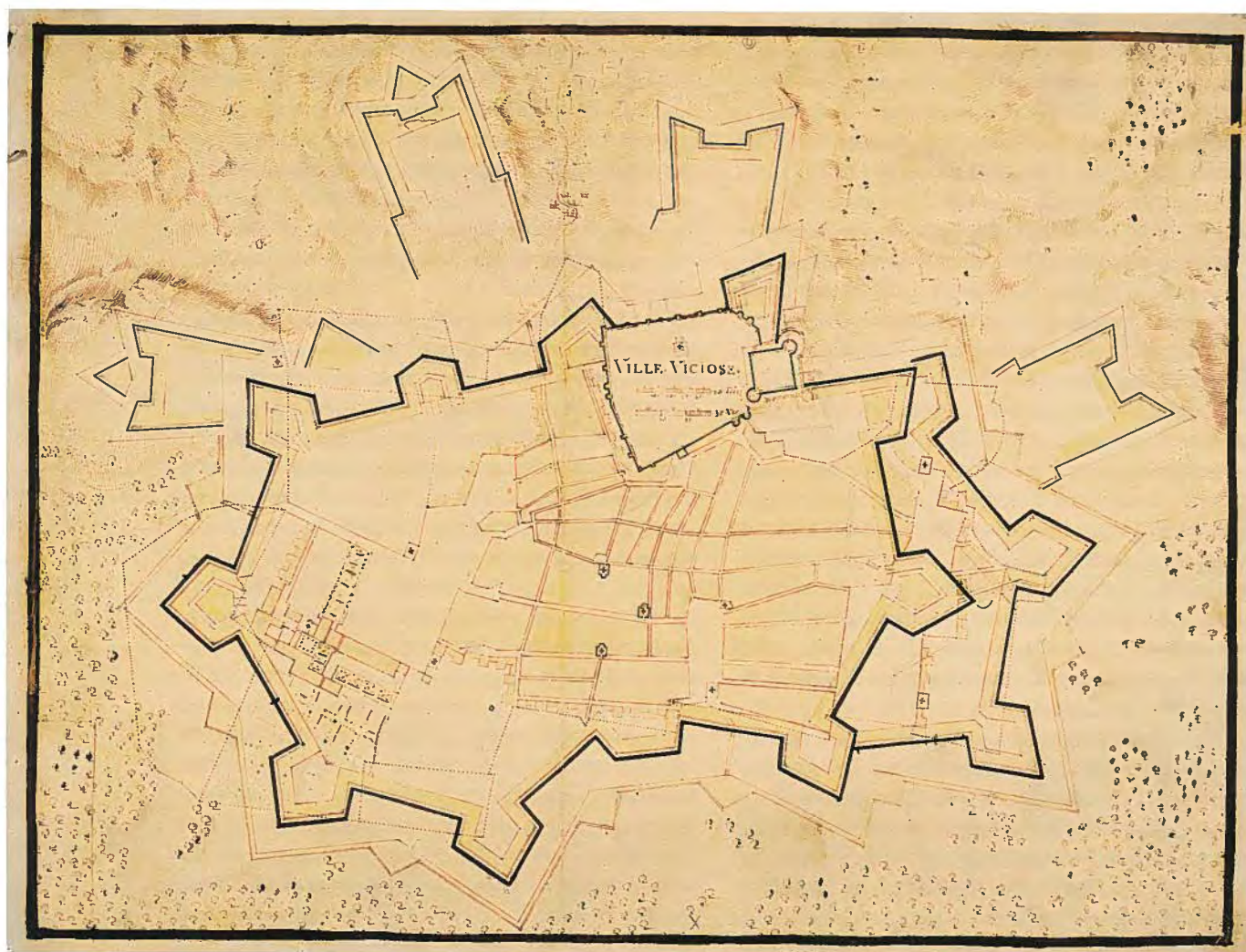
tor noroeste do interior da cerca, originalmente afastada em todo o seu contorno interior do casario, localizava-se a igreja românica, seguramente de menores dimensões do que a que hoje existe e da qual preserva ainda um pórtico e uma cachorrada. Do programa faria parte integrante a construção da cerca, essencial à sobrevivência do núcleo pela sua exposição no istmo entre os rios Minho e Coura, e cuja edificação, ao que tudo indica, terá sido ainda iniciada por D. Afonso III.

Por último, Chaves permite-nos introduzir a questão, fundamental no estudo morfológico, das preexistências e do peso que eventualmente detêm na instituição de um modelo urbano. Do ponto de vista estratégico, a sua localização na principal rota de penetração de exércitos inimigos tornou-a na mais importante praça militar de toda a fronteira transmontana sendo, após um período de abandono, repovoada por D. Afonso III, no que provavelmente terá sido uma segunda tentativa. O processo decorria em 1259, sabendo-se pelos inquiridores que a (re)construção do castelo estava então em curso. Uma carta de sentença de D. Dinis, datada de 1305, refere-se à criação da póvoa e à divisão de terrenos pelos seus povoadores: (...) *quando meu padre El Rey Don Afonso pobrara a terra de Chaves que a dita terra fora partida pelos pobradores a possessões e que fora posto que de cada possessom ouvesse o dito meu padre e os que depois veessem hu morabitino velho* (...) (D GARQ/ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro III, fl. 46v.).

Implantada na póvoa velha, entretanto despoçada, assente por sua vez sobre a Aqua Flávia romana,

6 | Caminha, in Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, c. 1509, fl. 116.





7 Vila Viçosa, in Nicolau de Langres, *Desenhos e Plantas de todas as Praças do reyno de Portugal*, c. 1661, fl. 42.

Chaves medieval ocupava uma área de cerca de 4 hectares, organizando-se, tal como Caminha, segundo um eixo principal longitudinal que, ligando as duas portas, prolongava o atravessamento do rio Tâmega.

Três ruas paralelas, cortadas por travessas perpendiculares, estruturavam a malha urbana ou tecido edificado. Lateralmente e aproximadamente a meio, localizava-se a Igreja de Santa Maria, restaurada pela mesma altura em que decorriam as obras de edificação do castelo. Ao terem sido parcialmente incorporados na construção quinhentista, os vestígios românicos sobreviventes, um dos poucos exemplos conhecidos de torre na fachada, permitem-nos hoje aferir com grande aproximação as dimensões do templo original, que o cumprimento da orientação canónica ou o constrangimento de um templo anterior fixou segundo um rumo diverso ao da orientação geral da malha urbana. Ao contrário do que sucede com a igreja actual, o ensaio das dimensões primitivas revelam uma posição tangencial, mas sem interferir na lógica formal do loteamento. O mesmo distanciamento em termos de relação que encontramos no castelo, em que a localização obedeceu seguramente a critérios exclusivos de eficácia defensiva.

4. Duarte e as armas

O que até aqui expusemos teve como objectivo fazer um esboço, em traços largos, da complexidade temática e de escalas de que o conhecimento da formação da rede urbana da raia se reveste. Por outro lado, permite aquilatar o quanto esse processo se enovela na própria formação da rede urbana e territorial portuguesa como um todo. Mais eloquente do que muitas palavras é a leitura do mapa que juntamos. Incidimos essencialmente sobre uma espécie de caso-tipo, o de núcleos fundados ou radicalmente reestruturados sobre preexistências, frequentemente com a própria mudança do topónimo. São os casos mais comuns, tal como também é comum que estas vilas não registem crescimento além dos pólos iniciais, a não ser já bem próximos da contemporaneidade.

Elvas é, por sinal, a excepção. Não só se desenvolveu no período acima retratado a partir de um núcleo preexistente, que no essencial se manteve, como foi registando um desenvolvimento apreciável — expressivamente através de ensanches planeados — em toda a sua história. É o único caso de uma cidade da raia cujo desenvolvimento urbanístico em escala, ritmo e morfologia ocorreu a par dos mais significativos

núcleos urbanos do reino. Isso terá diversas razões, entre as quais ressalta o facto de ser a principal porta de entrada em Portugal, aquela com mais fácil e rápido acesso à sua capital. E, por isso tudo e além de tudo o mais, capitaneava, articulando um conjunto de pontos e vilas fortificadas em redor.

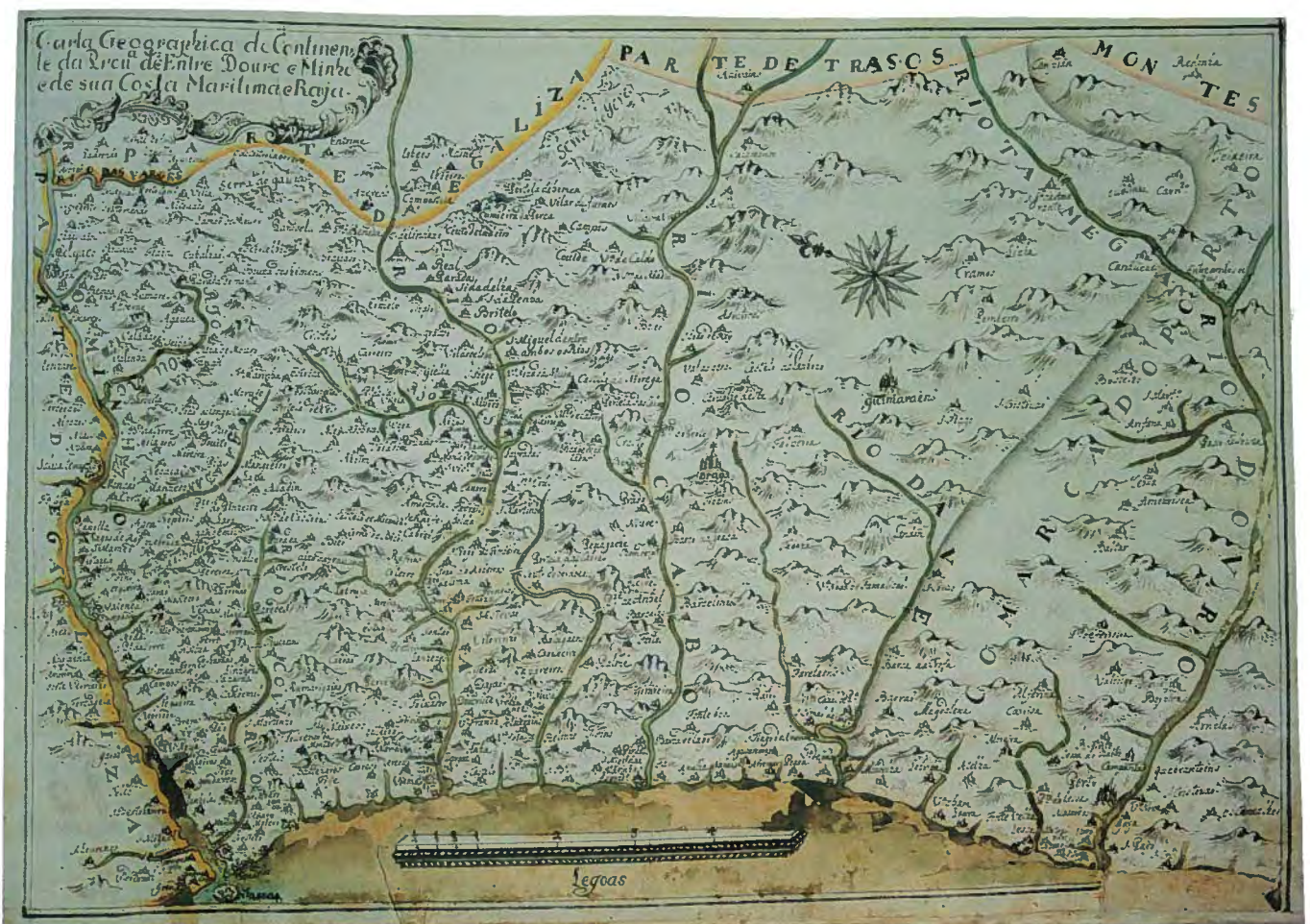
Neste contexto não nos cabe descrever, mesmo que em linhas gerais, o processo e as características morfológicas de Elvas. O mais importante é mesmo fazer notar a sua singularidade por entre as demais cidades/vilas da raia, desde logo por ter sido a única que, a par de algumas das mais importantes cidades do reino, recebeu no reinado de D. Afonso IV uma nova cintura defensiva, evidência concreta de um crescimento acelerado. Encerrando uma área de cerca de 30 hectares, recolhia no seu interior não apenas todos os bairros existentes à data — levando ao desaparecimento da designação de arrabalde — como uma extensão significativa de terrenos por edificar, utilizados para cultivo ou como reserva para construção futura. O que veio efectivamente a acontecer no decorrer dos séculos seguintes, substituindo-se parte dos ferragiais por casarias num processo muito próximo da prática de fundação já referenciada e que os quarteirões de matriz regular detectados a norte da Rua de São Francisco/Corredoura ou os compreendidos entre as igrejas de São Lourenço e Santiago bem explicitam.

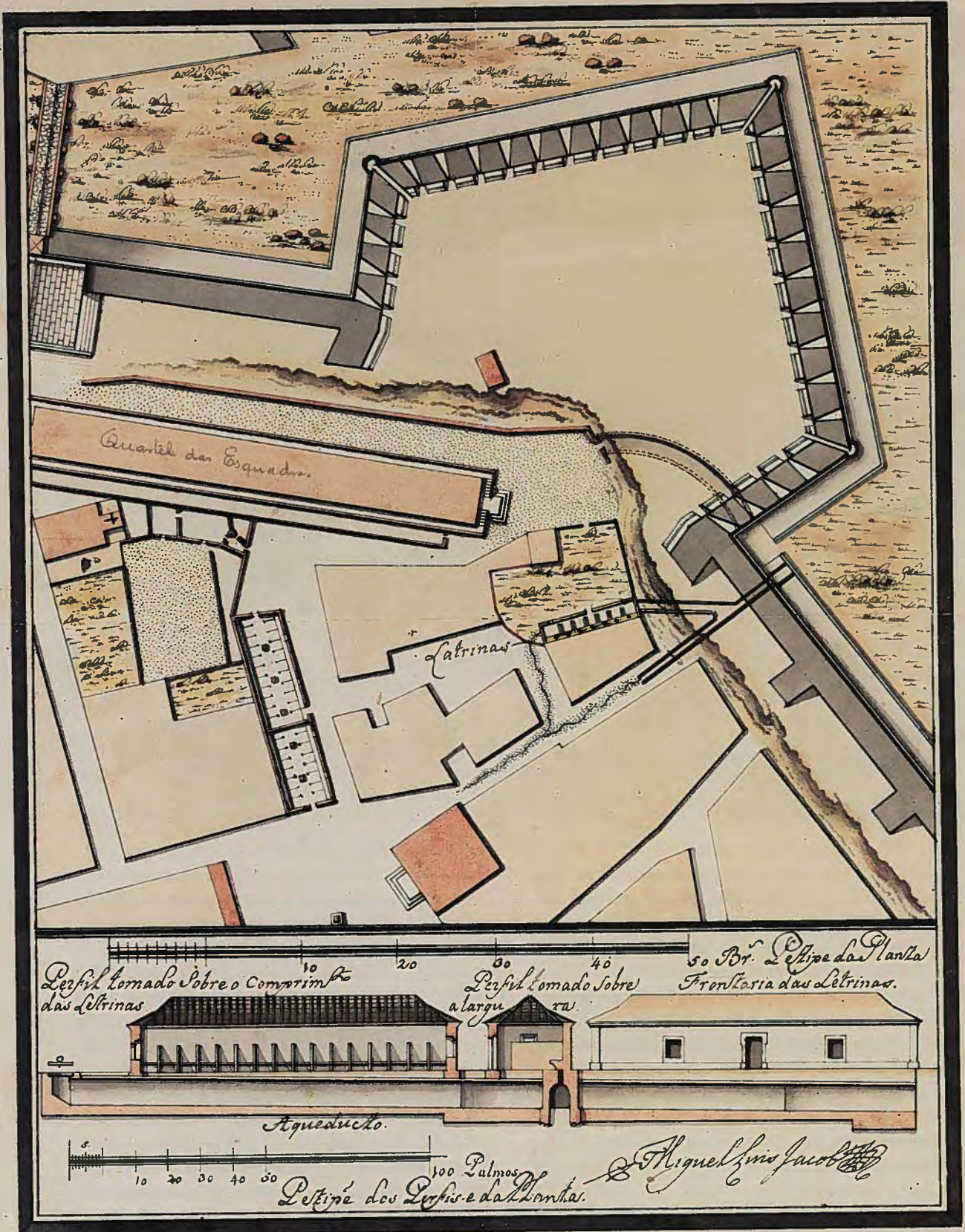
Com efeito, as estruturas defensivas constituíram sempre uma referência programática e funcional determinante na vida e imagem urbanas, sendo hoje o principal barómetro do efectivo florescimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos raianos, bem como do processo histórico em tudo quanto diz respeito à relação entre Portugal e o(s) reino(s) confinante(s), primeiro Leão, depois Castela e, finalmente, Espanha. Não sendo a fortificação em si o escopo deste texto — será, aliás, competentemente tratada por outrém — impõe-se-nos, contudo, fazer notar como, em composição e intensidade, a rede urbana variou em função da evolução da arte da guerra e, assim, dos sistemas defensivos.

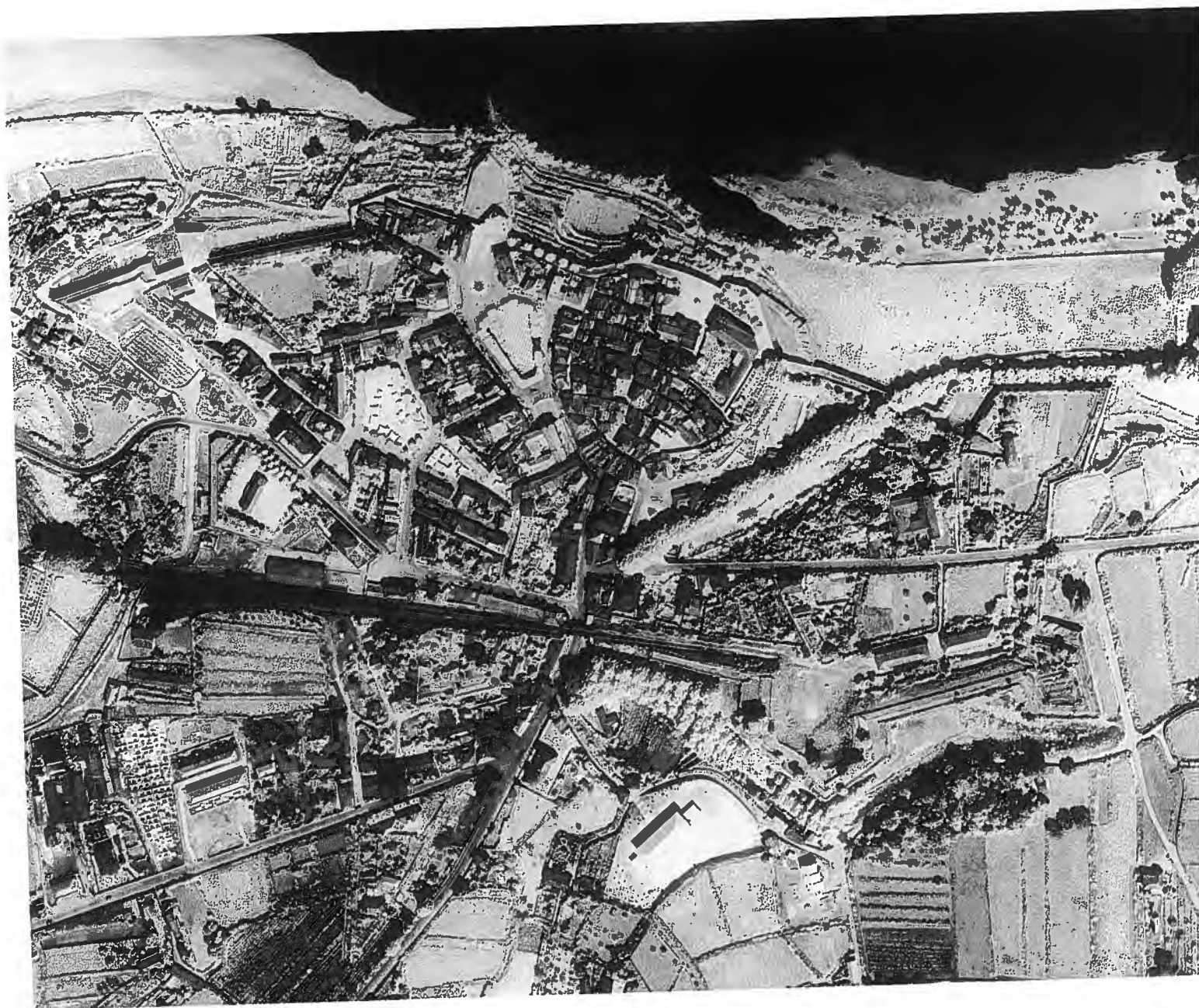
A evolução daqueles foi obviamente subjugada às conjunturas políticas. Ao auge defensivo atingido pelos finais da primeira dinastia, face à latente ameaça castelhana, seguiu-se uma melhoria da confiança ao ponto de se sucederem as tentativas de unificação, facto que teve como reflexo o menor investimento na defesa da raia, em especial se comparado com o que foi sendo feito na frente marítima. Por maioria de razão, essa situação agravou-se ao longo do período de vigência da União Ibérica. De tais circunstâncias nos dá boa conta o levantamento desenhado produzido por Duarte de Armas, cerca de 1509.

De facto, os inícios da Idade Moderna foram essencialmente importantes no que diz respeito à produção

8 Carta Geographica do Continente da Provincia de Entre Douro e Minho e de sua Costa Maritima e Raya, in Gonçalo da Silva Brandão, Topografia da Fronteira de Entre Douro e Minho, 1758 (fl. 3).







Desde logo, a instituição do Conselho de Guerra como entidade tutelar responsável pela divisão do território em seis províncias militares: Minho, Trás-os-Montes, Beira, Alentejo, Estremadura e Algarve. A cada província deveria corresponder uma sede do governo militar e os organismos responsáveis pela construção das defesas, respectiva guarnição e operações logísticas. Esta reorganização administrativa territorial, racionalizando os escassos recursos humanos e financeiros, actuava sobre um quadro preexistente que, consolidado do ponto de vista urbanístico, era totalmente obsoleto do ponto de vista defensivo. De alguma maneira, essa reforma precisou de começar quase a partir do zero.

Entre a urgência da guerra e a tarefa da concepção de fortificações a serem construídas *ex-novo*, a necessidade de escolhas estratégicas foi elementar e restringiu o número de lugares a fortificar mais intensamente, os pontos nevrálgicos, não apenas as cabeças de província, mas também praças subsidiárias na rele-

vância militar. A nova hierarquia dos pontos fortificados regista uma efectiva gradação na amplitude dos trabalhos de fortificação: recinto abaluartado integral, frentes descontínuas, baluartes isolados como reforço pontual das estruturas medievais, fortificação de campanha, tocando pequenos núcleos sem qualquer antecedente defensivo e fortes isolados, como pontos de contacto intermédio. É precisamente esta hierarquia ou gradação na intensidade do impacto das estruturas fortificadas que confere consistência à rede defensiva, que deixa de ser perceptível como rede urbana.

Esta hierarquia não conheceu no terreno um desenvolvimento linear e as diferenças regionais são assinaláveis. Assim se nota a dualidade Viana, enquanto sede provincial, e Valença, como praça principal, num espaço que conjuga raia seca, fluvial e marítima, e onde mais de perto se manteve a consonância com a rede medieval. Já a fronteira transmontana, território naturalmente mais defendido, conta somente três praças com recintos não totalmente abaluartados; nas

Beiras, Almeida acabou por ser a única praça fortificada ao modo moderno de maneira integral.

A raia alentejana reflecte um cenário exactamente oposto, aberta na topografia e desde sempre vulnerável às invasões, onde a densidade da rede urbana fortificada entre as latitudes de Moura e Castelo de Vide não tem paralelo com mais nenhuma zona da fronteira continental. É aí que a leitura de uma nova hierarquia se torna mais complexa, para além da visibilidade defensiva e urbana da cidade de Elvas, como capital militar do Alentejo. O significativo número de praças de guerra correspondendo a núcleos urbanos profundamente modificados é disso demonstrativo — Campo Maior, Arronches, Ouguela, Estremoz, Juromenha, Olivença, Mourão, são apenas alguns topónimos desse panorama. Foi também a única região que viu, desde cedo, ser renovada a defesa das suas cidades mais interiores (Évora e Beja).

Uma nova hierarquia dos pontos fortificados implicou ajustamentos mais ou menos profundos na rede medieval, valorizando não a entidade urbana e sua dinâmica civil, mas um conceito operativo militar, dependente de um perímetro abaluartado integral e do entendimento do núcleo urbano como praça de guerra, como ponto nodal num território de operações militares. A defesa era, apesar de todas as pressões, pensada já numa escala de continuidade continental e qualquer estratégia militar moderna pressupunha algum grau de conhecimento do território. E na esteira desse desígnio superior alguns condicionamentos urbanísticos resultaram impostos aos núcleos urbanos.

6. Ajustamentos urbanos

Porém, tais mudanças não aconteceram de repente, nem depressa. A reestruturação defensiva da fronteira foi descontínua pois, apesar das decisões de fundo tomadas em 1641, em 1668 eram poucas as estruturas concluídas. Mas eram já numerosos os projectos implantados no terreno ou apenas no papel, existindo afinal todo um conjunto de elementos militarmente operacionais, malgrado as improvisações e importações.

Se quase sempre se consegue identificar em cada cidade o início da nova fortificação, para lá do fecho material do perímetro, jamais se consegue delimitar a sua conclusão. Diferentes ciclos de construção, destruição, reconstrução e renovação resultaram em estaleiros contínuos, mantidos ao longo do século XVIII nas principais praças, em grande parte devido a razões de ordem militar, mas também por razões de ordem urbana e urbanística. A resposta à pressão bélica e às novas técnicas e tácticas da engenharia militar, exigindo uma constante actualização construtiva, indicam circunstâncias muito dependentes da aptidão dos técnicos que executaram no terreno a reforma do sistema urbano fortificado.

Essa foi igualmente uma questão de enquadramento básico: como é sabido, a nova dinastia instituiu uma

aula de fortificação, para cujo funcionamento foi chamado Luís Serrão Pimentel. A actividade de formação de engenheiros militares foi desenvolvida efectivamente e na convivência com os técnicos estrangeiros contratados, numa complexa teia de novas aprendizagens ainda por elucidar no detalhe. Foi ainda nesta escola que se produziu o discurso escrito que é reverso e suporte do que foi materialmente fabricado nas frentes urbanas da raia.

Disso será também testemunho o material desenhado que sobreviveu. No século XVII os desenhos aparecem pouco numerosos e quase restritos à linha perimetral da fortificação, mas ao longo do século XVIII multiplicam-se e demonstram que, para além de instrumentos de concepção, passaram a integrar outras perspectivas, designadamente urbanas. Exibem uma acentuada carga ilustrativa retórica, ao mesmo tempo que pormenorizam aspectos do espaço urbano e do terreno envolvente que fornecem excelente material de pesquisa.

Cada caso é um caso, mas nas cidades mais profundamente fortificadas existe uma margem suficientemente segura de constatações: o perímetro inicial projectado foi quase sempre modificado no terreno e implicou, por vezes, a demolição de arrabaldes, de construções peri-urbanas ou, num nível de menor impacto, a expropriação de terrenos privados. Será apenas o primeiro padrão de ruptura: escolha do lugar e implantação, não de uma muralha, mas de um conjunto de dispositivos articulados entre si, que começa na cortina e terraplano junto à estrada de armas e que apenas termina na esplanada. Conjunto cuja eficácia de campo de tiro impunha a reserva de uma zona *non aedificandi* externa, crescentemente expandida com as chamadas “obras externas”, prolongando em crescendo os dispositivos infiltrados no terreno.

Entre o contínuo fazer e desfazer das obras de fortificação propriamente ditas, a unidade urbana transformada em praça de guerra passou a viver em função desse estaleiro. O mesmo é dizer, passou a conviver quotidianamente com os homens nele envolvidos, abrangendo estratos profissionais e sociais muito diversos. Obrigava ainda ao alojamento da guarnição militar, com tudo o que isso possa significar em termos de intrusão urbana. A organização logística e a organização do estaleiro misturavam-se, a construção dos equipamentos militares indispensáveis à vida da praça arrastava-se, mas o seu funcionamento expedito implicou de imediato alterações e apropriações nas zonas urbanas, no tecido construído, na rede viária.

Construídos de raiz ou instalados em casas civis confiscadas, os equipamentos militares de apoio tinham de existir, mas a sua natureza era pouco compatível com uma dinâmica intrinsecamente urbana. Corpos de guarda e quartéis (de infantaria, cavalaria e artilharia) ocupavam áreas importantes e exigiam espaço de manobra. A instalação de paióis e arsenais arrastava riscos óbvios, variadas vezes confirmados. As casas da vedoria e do governador, os hospitais militares, as fábricas de “munições de boca” (ou, muito

prosaicamente, as latrinas) constituíam a pesada mas inevitável equipagem do exército. Bem ou mal instalados no início, foram sendo progressivamente desenhados e edificados ao longo do século XVIII e deixam uma arquitectura militar indirecta que raramente é alvo de conservação e interpretação.

Nenhuma praça de guerra, melhor ou pior abaluartada, poderia ter sobrevivido enquanto tal sem gente e sem abastecimento em armas e munições, mas também em comida e água. Sem essa progressiva absorção ou militarização do miolo urbano, a praça deixava de o ser e deixava de defender a raia. As mudanças na rede urbana fortificada moderna e correspondentes ajustamentos urbanísticos significaram sempre uma mistura e um confronto entre a lógica militar e a lógica civil, entre a praça e a cidade, do que a principal resultante é hoje a insólita generosidade dos espaços públicos inicialmente gerados para a prática da arte da guerra.

7. Significado

Na sua maioria, as cidades da raia foram até há bem pouco tempo pacatos núcleos urbanos. A sua economia — no essencial obviamente baseada na exploração dos recursos da terra — conforme os casos, por vezes e por épocas, dependeu muito da presença de efectivos militares e de segurança, mas também de um comércio fronteiriço, cuja natureza nem sempre era legal, mas raramente foi clandestina. Num só aparente paradoxo, o seu maior ou menor desenvolvimento nos tempos mais próximos tem-se ficado a dever à integração europeia e, por ela, às relações económicas proporcionadas por uma fronteira cujo franqueamento deixou de ter restrições.

Essa situação cria uma curiosa sensação de obsolescência de tudo quanto nela se relaciona com os tempos em que fronteira significava barreira. Mais do que antigas e obsoletas há muitas décadas, as estruturas defensivas e as construções com elas correlacionadas tornaram-se arqueologia de uma realidade da qual nos distanciámos, mas que a longa lição da História não nos permite considerar definitivamente afastada. São o testemunho de um passado cujo fundamento hoje parece não fazer sentido, mas cuja existência é também fundamento da nossa identidade e legitimidade nacionais. Em nome do futuro é bom que em tudo quanto se pense e se faça nunca se perca a percepção desta realidade.

A legibilidade do que releva em defesa da valia cultural patrimonial das cidades portuguesas da raia — no fundo, o objecto deste texto — só é amplamente possível e verdadeiramente estimulante quando as percebemos no todo, ou seja, em rede, quando conectamos Caminha com Montalegre, Valença com Almeida, Chaves com Castro Marim, etc. No meio de tudo isso destaca-se Elvas, não apenas pelo seu complexo sistema defensivo — no qual se integram necessariamente os fortes de Santa Luzia

e da Graça (este com algumas características únicas ao nível mundial) —, mas também o aqueduto, a mole urbana e o património arquitectónico ali contido. Mais, ousamos dizer que do outro lado nenhum outro núcleo ou sistema fortificado com ela rivaliza. Tudo isso e bem mais faz de Elvas uma incontestável capital da raia, a *caput* das suas cidades, vilas e fortificações.

Mas, reforce-se, a sua excepcional valia resulta da sua comparação e integração com as componentes de um todo. A sua salvaguarda e desenvolvimento plenos e integrados depende do planeamento e do estabelecimento de uma dinâmica em rede, numa perspectiva de ordenamento do território com a mesma visão e amplitude da que, a par com o processo de fundação da nacionalidade, levou à sua constituição. Segundo uma lógica de sustentabilidade e na raiz mais profunda do étimo, património é isso mesmo: um bem que se transmite por herança para assegurar o futuro de quem vem e o bom nome de quem esteve.

Walter Rossa

Arquitecto
Departamento de Arquitectura e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Margarida Tavares da Conceição

Historiadora
Departamento de Arquitectura da Universidade Católica Portuguesa

Luisa Trindade

Arquitecta
Departamento de Arquitectura e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Imagens: 1: Sistema de Inormação para o Património Arquitectónico/HRU, 2 a 6: Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Direcção-Geral de Arquivos; 7: Biblioteca Nacional de Portugal; 8: Biblioteca Pública Municipal do Porto; 9 e 10: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Exército; 11: Instituto Geográfico Português.

NOTA

- ¹ Por entre algum material por publicar, destacam-se a prova de doutoramento que um de nós está em vias de finalizar, sob o tema *O urbanismo, o povoamento e o ordenamento do território português, séculos XIII-XV*, e que outro concluiu há pouco, aguardando agora a respectiva prova pública, intitulada *Da Cidade e Fortificação nos textos portugueses (1540-1640)*.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Amélia Aguiar — *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- ANTUNES, João Manuel Viana — *Obras Militares do Alto Minho: a Costa Atlântica e a Raia ao Serviço das Guerras da Restauração*. Porto: s.n., 1996, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, texto policopiado.
- ARMAS, Duarte de, BRANCO, Manuel da Silva Castelo (introd.) — *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN/TT); Edições Inapa, 1990, fac-símile do ms. 159 da Casa Forte do AN/TT.
- AZEVEDO, João Ayres de — "Origens de Villa Real". *O Instituto*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899, n.º 7-11.
- BARROCA, Mário Jorge — "D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa". *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 2000, pp. 801-822 actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, promovidas pela FLUP, em 1997.
- BAQUERO MORENO, H. (introd. e coord.); BARROS, Maria da Luz Ferreira de (transcr.) — *Demarcações de Fronteira*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Centro de Investigação e Documentação de História Medieval, 2003, 3 vols.

- BRANDÃO, Frei Francisco — *Monarquia Lusitana*. 1.ª ed. 1650. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1976, parte V.
- BRANDÃO, Gonçalo Luís da Silva — *Topographia da Fronteyra, Praças, e seus Contornos, Raya Seca, Costa, e Fortes da Província de Entre Douro, e Minho (...)*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), (1758) 1994, fac-símile do Ms. 1909 da BPMP.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da — *Da Vila Cercada à Praça de Guerra, Formação do Espaço Urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, (1997) 2002.
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da — "Configurando a praça de guerra: o espaço urbano no sistema defensivo da fronteira portuguesa (primeiras impressões para os séculos XVII e XVIII)". *Universo Urbanístico Português, 1415-1822, Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), (1999) 2001, pp. 825-839.
- AS GAVETAS da Torre do Tombo. Lisboa: Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1960-1970, 12 vols.
- GOMES, Rita Costa; BETHENCOURT, Francisco (org.); CURTO, Diogo Ramada (org.) — "A construção das fronteiras". *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991, pp. 357-382.
- HENRIQUES, António de Castro — *O Rei e a Terra do Barroso: Montanha, Periferia e Poder Régio Séculos (XII-XIV)*. Lisboa: s.n., 2003, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, texto policopiado.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de — "O Enquadramento do Espaço Nacional". *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. III, pp. 12-59.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves — *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. S. l.: Centro de Estudos Históricos, 2003.
- MARQUES, José — "Os municípios na estratégia defensiva dionisina". *As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*. Porto: FLUP, 2000, pp. 523-544, actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, promovidas pela FLUP, em 1997.
- MARQUES, José — "Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português". *Revista de História*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1988, n.º VIII.
- MARREIROS, Maria Rosa — *Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis. Guimarães*. Coimbra: s.n., 1990, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, texto policopiado.
- MATTOSO, José — *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325*. Lisboa: Editorial Estampa, (1985) 1988, 2 vols.
- MATTOSO, José — *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, (1998) 2003.
- MONTEIRO, João Gouveia — *O Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, Perfil e Conservação, Vigilância e Comando*. Lisboa: Colibri, 1999.
- MORGADO, Amílcar; MOREIRA, Rafael (dir.) — "A defesa da fronteira terrestre". *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 221-234.
- RAU, Virgínia — *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, (1946) 1982.
- ROSSA, Walter — "A Cidade Portuguesa". *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. III, pp. 233-323.
- ROSSA, Walter — "A Engenharia Militar e a cidade portuguesa: pretexto para abordagem a evoluções recentes da historiografia do urbanismo". *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*. Coimbra: Almedina, (1997) 2002, pp. 163-172.
- ROSSA, Walter; TRINDADE, Lúsa — "Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica". *Murphy*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, (2005) 2006, n.º 1, pp. 70-109.
- TEIXEIRA, Manuel C; VALLA, Margarida — "A fortificação no desenvolvimento da cidade portuguesa no século XVII". *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII*. Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, pp. 149-214.
- VALLA, Margarida — "Espaço urbano no recinto fortificado do século XVII: a teoria e a prática". *Universo Urbanístico Português, 1415-1822. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: CNCDP, (1999) 2001, pp. 383-392.